

A coroação de Reis Negros e a tradição Congadeira: um elo entre o Velho e o Novo Mundo

The coronation of the Black Kings and the tradition of the Congado: a link between the Old and the New World

*Kelly Rabello**

RESUMO

Entre os séculos XVI a XIX, negros de origem Banto foram escravizados e transportados à força para o Brasil. Apesar de perderem muitos dos seus costumes originais, através de instrumentos como a linguagem, a dança e a música, conseguiram dar continuidade a certas práticas culturais, especialmente àquelas que associavam o divertimento à religião. Esses elementos se tornavam vivos especialmente nas festividades associadas às Irmandades religiosas, nas quais negros e negras praticavam bailados próprios, cantos e danças em homenagem ao santo padroeiro daquela confraria e entronizavam os seus próprios reis. Composto por esse conjunto de rituais, o Congado apresentava características de um catolicismo negro peculiar. Realizado ainda nos dias de hoje, o Congado e o Reinado muito nos dizem sobre a dinâmica pós-diaspórica e sobre os meios de adaptação e resistência dos negros no Brasil. Neste viés, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a relevância dos Congados e dos Reinados como manifestações que resguardam uma memória ancestral. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica sobre as temáticas do Catolicismo Africano, Catolicismo Negro, Irmandades negras e Congado.

Palavras-chave: Catolicismo Negro; Irmandades Negras; Reis Negros; Congado.

ABSTRACT

Between the 16th and 19th centuries, Africans of Bantu origins were enslaved and forcibly brought to Brazil. Although much of their original customs were lost, through tools such as language, dance and music, these people were able to maintain some of their cultural practices, especially those that associated entertainment to religion. These elements notably came to life on festivities associated with religious Brotherhoods, in which black men and women practiced particular dance routines, chants and dances in homage to that brotherhood's patron saint and enthroned their own kings. Composed by this set of rituals, the Congado showed characteristics of a peculiar black Catholicism. Practiced even nowadays, the Congado and the Reinado still tell us much about the post diaspora dynamics and the means of adaptation and resistance of black people in Brazil. The aim of this paper is to reflect about the importance of the Congados and Reinados as manifestations that guard an ancestral memory. The methodology consists in a bibliographic review of the thematic of African Catholicism, Black Catholicism, Black Brotherhoods and Congado.

Keywords: Black Catholicism; Black Brotherhoods; Black Kings; Congado.

* Doutoranda em Ciência da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. Artigo recebido em 15.10.2019 e aceito em 20.11.2019. Contato: kellyrabello@yahoo.com.br.

1. CATOLICISMO AFRICANO NO VELHO MUNDO

Ao se refletir sobre a formação de um Catolicismo Africano, ou de um Catolicismo Negro, se faz necessário retomar o processo de cristianização ocorrido no antigo Reino do Congo, para, a partir de então, compreender a constituição desse catolicismo no Brasil Colonial e seus desdobramentos, percebidos ainda nos dias de hoje em nosso país. Para tanto, a parte introdutória desse estudo se apoia, sobretudo, na obra “Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação de Rei Congo”, da historiadora Marina de Mello e Souza (2002).

Ocupado por grupos bantos, o antigo Reino do Congo, situado na África Centro-Occidental, era formado por diversas províncias, cada uma delas liderada por um chefe local que atuava por cerca de três anos, sendo sucedido por outro indivíduo de sua família, ou por alguém que fosse indicado pelo rei. Por sua vez, a unidade do reino era mantida através do exercício do rei, que atuava junto a linhagens de nobres dedicados a estabelecer relações comerciais e políticas com diversas regiões. Desse modo, em 1483, quando o navegador Diogo Cão, enviado pelo reino de Portugal, chegou à foz do rio Zaire, encontrou ali um reino forte e bem estruturado.

Os maiores interesses dos portugueses naquela região estavam ligados ao comércio, sobretudo de escravos, e ao controle da extração de minério. Sendo assim, os emissários europeus foram instruídos a se aproximarem dos congolezes de forma pacífica, contando com intérpretes que conheciam as línguas africanas. Todavia, ao despertarem a curiosidade dos habitantes locais, os emissários foram retidos e os navios portugueses retornaram sem alguns deles. Por sua vez, a embarcação europeia levou consigo alguns reféns congolezes. Esses reféns foram bem tratados em Portugal e lá conheceram novos hábitos, se relacionaram com a religião católica e aprenderam um pouco da língua portuguesa. Após uma temporada, foram levados de volta ao antigo Reino do Congo, sendo acompanhados por uma embaixada e com presentes para o então rei, *mani* Congo. Esse retorno foi festejado com muito entusiasmo, como aponta o relato do cronista e diplomata português Rui de Pina.

Junto com a sua Corte recebeu tal alegria que ninguém, nem por palavras bem por escrito, o poderia dizer, como se todos fossem mortos e ressuscitados, e a chegada daqueles oradores e negros por todo o Reino de repente foi conhecida, e assim uma multidão infinda pela alegria correu a vê-los (MELLO E SOUZA, 2002, p.53).

A partir de então, os contatos entre os portugueses e congoleses se intensificaram, sendo que as comitivas europeias eram recebidas com inúmeras atividades festivas. Mello e Souza, a partir de registros deixados por Rui de Pina, apresenta uma descrição dos primeiros encontros entre os dois reinos.

E para isso se ajuntou logo muita gente com arcos e frechas e com atabaques e trombetas de marfim e com violas, tudo segundo seu costume, mui acordado, parecia bem. Vinham todos nuus da cinta para cima e tintos na carne de branco e d'outras cores em sinal de grann prazer e alegria, vestidos de panos de palma ricos da cinta pera fundo e com penachos na cabeça fectos de penas de papagayos e d'outras aves diversas que fazem e lhes dam por empresas as gentiis molheres. E o Senhor trazia na cabeça ua carapuça em que andava ua serpente mui bem lavrada d'agulha e mui natural. Eram presentes as molheres dos fidalgos que festejavam favorecendo com grandes vozes e praseer seus maridos, dizendo cada ua que o seu o fazia melhor por serviço d'El-Rei de Portugal a que eles chamavam *Zambem-apongo* que, antr'eles quer dizer *Senhor do Mundo* (MELLO E SOUZA, 2002, p.53- grifo da autora).

Em meio a relação que então se construía, em 1489 o *mani* Congo enviou uma embaixada ao rei português declarando seu desejo de se converter ao cristianismo. Logo, chefes das províncias e alguns membros da nobreza também foram batizados e igrejas católicas foram construídas em diversos pontos da região. Mas o que levaria a esse reino bem consolidado a ceder às influências externas de uma forma tão interveniente? Os interesses econômicos e políticos, sem dúvidas, influenciaram as relações estabelecidas entre os dois reinos. Todavia, uma interpretação dos significados religiosos aí envolvidos é fundamental para que uma leitura mais criteriosa sobre esse processo possa ser feita, evitando equívocos de interpretação ao se pensar em uma acomodação passiva por parte dos povos congoleses.

Por essa razão, é importante considerar, em primeiro plano, que na cosmogonia congolesa, o mundo se encontra dividido em duas partes, o plano visível e o invisível. O visível é ocupado “por gente negra, que nela aparece e dele desaparece através do nascimento e da morte, e que experimenta tribulações provocadas em grande parte pela ação de forças ruins, contra as quais as pessoas buscam a proteção dos poderes voltados para o bem” (MELLO E SOUZA, 2002, p.63). Por sua vez, o mundo invisível é “habitado por ancestrais e espíritos diversos, que afetam a vida das pessoas deste mundo, diretamente ou por intermédio de algum líder religioso” (MELLO E SOUZA, 2002, p.63).

A divisão entre esses planos é feita pelas águas, sendo o oceano um canal que conduz ao outro lado, onde vivem os mortos. Na cosmogonia congolesa, esses mortos são brancos

como os albinos e exigem que para eles sejam feitas homenagens, entrega de presentes e obediência da parte dos vivos. Seguindo essas exigências, seus poderes e dons poderiam ser repassados aos humanos. Esse pacto demandava um rito de iniciação que contava com um período de enclausuramento, representando uma permanência no mundo dos mortos. Diante desses dados, é possível interpretar que a chegada dos portugueses, homens brancos que despontavam nas águas marítimas, pode ter sido relacionada à aparição dos ancestrais, detentores de grandes poderes, que chegavam do oceano e ali se aproximavam trazendo mensagens do plano divino. Além disso, o retorno dos reféns congolezes, relatado anteriormente, aparentava ser um retorno do mundo dos mortos “e tudo que eles viram em Lisboa tornou-se imediatamente alvo do mais intenso desejo, uma vez que dizia respeito ao reino da sabedoria, à fonte do poder, do conhecimento, da riqueza” (MELLO E SOUZA, 2002, p.64).

O próprio relato da festividade de recepção aos reféns congolezes, citado anteriormente, mostra que o rei de Portugal era chamado de *Zambem-apongo* - Senhor do Mundo - o que indica a associação entre esse rei e uma divindade suprema. Por essa razão, o rei português pode ter sido visto como um deus vivo que era superior ao próprio rei do Congo, já que ele chegava de outro mundo. Mello e Souza explica que,

Ao adotar os novos ritos trazidos pelos brancos vindos do mar, os chefes bacongos acreditavam estar ganhando mais poder, o que parecia imediatamente comprovado pela superioridade tecnológica dos portugueses, materializada em seus artefatos, técnicas agrícolas, de construção, de processamento de alimentos, de comunicação pela escrita, sendo o domínio sobre tudo isso requerido pelo rei congolês juntamente com os ensinamentos religiosos (MELLO E SOUZA, 2002, p.66).

Sendo assim, o antropólogo Wyatt MacGaffey e o historiador John Thornton estão de acordo que, durante os primeiros duzentos anos em que se estabeleceram contatos entre os congolezes e europeus, “houve o desenvolvimento de um catolicismo africano, no qual os missionários cristãos viam sua religião, e as populações congolezas a sua forma tradicional de reverenciar os deuses e relacionar-se com o além” (MELLO E SOUZA, 2002, p.63). Seguindo essa mesma linha, Mello e Souza defende que,

Diálogo de surdos ou reinterpretação de mitologias e símbolos a partir dos códigos culturais próprios, a conversão ao cristianismo foi dada como fato pelos missionários e pela Santa Sé, assim como a população e os líderes religiosos locais aceitaram as designações e ritos cristãos como novas maneiras de lidar com velhos conceitos (MELLO E SOUZA, 2002, p.63).

Portanto, a imposição do catolicismo, realizada através de um jogo de poder dos portugueses sobre os congoleses, foi recebida não como uma aceitação da fé propagada por exploradores europeus, mas sim como uma vivência de suas próprias religiosidades. Cabe acrescentar que nem toda a comunidade congoleza recebeu a interferência do catolicismo de forma similar, uma vez que, inicialmente, os batizados eram exclusivos à nobreza, pois representavam uma fonte de poder. Assim, muitos dos habitantes do antigo reino do Congo deram continuidade às suas ritualísticas tradicionais sem que houvessem os mesmos efeitos causados à elite pelo cristianismo, sendo mantida a estrutura religiosa do Congo, de forma geral.

Em relação à vida política no antigo Reino do Congo, o rei era apoiado por uma corte que deveria cumprir uma série de tarefas cerimoniais, entre elas as embaixadas diplomáticas e as eleições e coroações de novos chefes de províncias e do rei. As embaixadas consistiam em visitas ritualizadas que tinham como objetivo estabelecer relações diplomáticas, nas quais os emissários do rei ou os chefes das províncias ofereciam presentes ao outro reinado, dirigindo a ele uma mensagem ou um tratado. Por sua vez, a escolha de um novo rei seguia um ritual de entronização imbuído de diversos signos indicadores de poder. A definição de um novo rei poderia ser feita a partir de sua linhagem familiar, passando o cargo para seu filho, ou através da definição do mais apto entre um conjunto de possíveis herdeiros do cargo.

Essas atividades receberam interferências dos portugueses a partir da incorporação de elementos europeus aos ritos africanos, a exemplo dos trajes utilizados durante as embaixadas, optando-se por roupas de pompa tais como as europeias, e a inserção do padre no rito de coroação do novo rei.

A cerimônia de coroação e entronização do rei no Congo foi descrita por alguns observadores europeus (...). Importante momento ritual no qual se inaugurava um novo governo, contava com a participação dos mais importantes governantes provinciais e do principal sacerdote, o *mani* Vunda. A partir da conversão da elite governante ao cristianismo, foram incorporados ao ritual tradicional o sacerdote católico, que ocupava um papel de destaque na cerimônia de entronização de um novo chefe, e um juramento sobre a Bíblia, no qual o rei se comprometia a seguir os ensinamentos do evangelho e a governar segundo as leis cristãs. Como relação a estas cerimônias, (...) o poder passou a ser legitimado tanto por ritos ancestrais como por elementos ligados à cristianização, ambos controlados pela elite dirigente (MELLO E SOUZA, 2002, p.224).

Como fica evidente, a inserção dos portugueses no antigo Reino do Congo causou uma reelaboração em alguns de seus rituais tradicionais, de modo que velhos ritos não foram abandonados, todavia, foram transformados e adaptados. Essas características de arranjos e negociações foram ainda mais acentuadas com a diáspora africana, de modo que a realidade vivenciada pelos negros e negras ainda em África sofreram impactos também ao se depararem com as feições do novo mundo ao qual, impositivamente, passaram a pertencer.

2. CATOLICISMO NEGRO NO NOVO MUNDO

Muitos elementos presentes nas cerimônias de entronização dos reis no Congo foram identificados em festividades realizadas em Portugal, na Espanha, na América espanhola, nas ilhas do Caribe, na América do Norte e na América Portuguesa. Todavia, Mello e Souza afirma que foi nessa última que as coroações dos reis negros e suas comemorações festivas estiveram mais difundidas, existindo comprovadamente desde o início do século XVII, tendo seu ápice no século XVIII, se transformando ao longo do século XIX e existindo ainda nos dias de hoje.

No Brasil Colonial, as coroações de reis negros ocorreram principalmente através da vinculação dos descendentes de africanos às Irmandades Religiosas católicas, às quais se filiaram negros e negras que, sob o manto do santo padroeiro, realizavam festividades devocionais. Essas associações eram organizadas a partir da cor da pele e da posição social que os seus membros ocupavam, sendo a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário a mais comum entre os negros e negras, com destaque também para a adesão desses àquelas irmandades em homenagem a São Benedito, Santa Efigênia e São Elesbão. Tal devoção, se explicava pela afinidade epidérmica, pela origem social e geográfica ou pela identificação com suas histórias de vida (BOSCHI, 2007).

As motivações para a adesão de membros às Irmandades eram diversas e perpassavam pelo exercício da fé, bem como pelo assistencialismo compartilhado nesses núcleos. O século XVIII foi o apogeu de fundação das Irmandades religiosas e, nesse contexto, “seria verdadeiro dizer que para cada pessoa, negra ou mulata, homem ou mulher, escrava ou livre, e para cada origem tribal e local de nascimento (crioula, ou seja, nascida no Brasil, ou vinda da África) existia uma Irmandade na qual poderia encontrar seus iguais” (RUSSELL-WOOD, 2005, p.199-200). As Irmandades eram, assim, um importante veículo de sociabilidade, especialmente aquelas formadas por negros e negras, nas quais os filiados trocavam experiências e se apoiavam mutuamente em suas necessidades. Eram, portanto, ambientes de trocas e

fortalecimento de uma cultura comum, “as irmandades davam aos negros a oportunidade de desabafar suas agruras, expressar suas necessidades e, até mesmo, tentar influir em seu futuro, procurando tornar suas vidas mais suportáveis” (BOSCHI, 1986, p.152).

Entre as atribuições dessas confrarias, se destacava a responsabilidade do sepultamento de um irmão, que era assegurada pela associação e muito bem quista por aqueles enfermos que, diante do quadro da doença que lhes acometia, tratavam de se agrupar logo em alguma Irmandade. Nesse sentido, “a garantia do sepultamento parece ter sido uma verdadeira obsessão por parte das populações mineiras coloniais” (BOSCHI, 1986, p.150). Isso se explica, pois, um enterro digno era concedido praticamente apenas àqueles filiados às Irmandades, uma vez que, até o século XIX, os cemitérios eram, geralmente, construídos dentro de seus templos. No caso das Irmandades negras, a preocupação com o sepultamento também tinha um caráter fundamental, pois os funerais eram de grande importância nas sociedades africanas, onde simbolizavam o momento de passagem “do mundo dos vivos para o mundo dos ancestrais e dos espíritos da natureza, cercado de rituais especiais, cantos e danças” (MELLO E SOUZA, 2002, p.186). Assim, a relevância desse ritual de passagem seria um dos motivadores da grande adesão dos negros às Irmandades católicas.

Apesar de existirem em outros estados, Minas Gerais abrigou um grande número de Irmandades religiosas. As primeiras Irmandades documentadas nessa região tinham por invocação Nossa Senhora do Rosário, sendo elas a da Vila do Serro (atual município Serro), criada em 1704, e a da Vila Rica (atual Ouro Preto), criada em 1711 (SILVA, 2010). Entre os fatores que justificaram o grande número de Irmandades mineiras, e as suas particularidades, estava a proibição da entrada das ordens regulares na região. Tal restrição, imposta pela Coroa ao longo de todo o século XVIII, tinha por finalidade controlar o contrabando do ouro e do diamante. Diante desse cenário, agindo através das Irmandades religiosas, o clero secular tornou-se responsável por reger a vida religiosa das Minas Coloniais (SANTOS, 2011).

Apesar da marca imposta pela cultura dominante, as Irmandades também apresentavam traços da cultura africana que foram resistentes ao processo da diáspora, ressignificados a partir das estruturas de seu contexto. Borges, por exemplo, destaca a estética barroca como um dos elementos resultantes dessa religiosidade definida pelo catolicismo, entretanto, não deixa de apontar que, em Minas Gerais, “as práticas mágicas [de origens africanas] estiveram longe de serem raras” (BORGES, 2005, p.133). Analisando os aspectos culturais e religiosos, a autora discute ainda que o convívio entre pessoas de grupos distintos nessas associações gerou

uma negociação cultural, onde os símbolos ganharam novos contornos. Assim, a historiadora defende que os negros assimilaram o cristianismo, levando em consideração as suas necessidades pessoais, ao mesmo tempo em que conseguiram manter a fidelidade às lógicas de sua cultura original.

Nesse sentido, já inseridos em um Catolicismo Africano anterior à diáspora, na América portuguesa os negros e negras deram continuidade a tradições em que o catolicismo português operava em interface com as religiosidades africanas, formando um tipo de catolicismo próprio, um catolicismo negro. Mello e Souza indica que, a partir da definição do Congo como um símbolo de referência da conversão e da vivência do catolicismo, a própria “recuperação da África mãe, da terra natal, da identidade que distinguia a comunidade negra no seio da sociedade brasileira, dava-se pelo viés da fé cristã, presente desde o século XVI na região do antigo reino do Congo” (MELLO E SOUZA, 2002, p.323).

Dessa forma, a autora defende que o catolicismo negro que se desenvolveu no Brasil não era o mesmo do Catolicismo Africano, sendo que nesse último era mais evidente a presença da religião tradicional dos bantos, “mas a existência do catolicismo africano permitiu que as origens africanas fossem invocadas também por meio das práticas tradicionais” (MELLO E SOUZA, 2002, p.323). Sob essa ótica, “podemos entender como africanos e seus descendentes afirmavam sua identidade particular, fundada nas culturas de origem, ao invocar sua qualidade de cristãos, e mesmo de disseminadores do cristianismo” (MELLO E SOUZA, 2002, p.323).

Por sua vez, Volney Berkenbrock afirma que nos encontros promovidos pelos negros no interior das Irmandades se deu o início de um catolicismo popular negro, onde havia uma particularidade no culto aos santos protetores e no modo de se executar as festividades. Desse modo, “a formação de irmandades destes negros catolicizados à força teve um papel preponderante na transmissão das tradições religiosas africanas e no surgimento do sincretismo afro-católico” (BERKENBROCK 1997, p.100). Nessa linha, Rubens Silva indica que, no caso específico dos agrupamentos de negros, as Irmandades mineiras agiram como importantes vias de preservação, “ainda que fragmentada, da memória coletiva africana e o elo mais forte deste povo, na diáspora, com a distante mãe África” (SILVA, 2010, p.24). Para o autor, o catolicismo negro derivante dessa situação “caracterizava-se por uma reinterpretação do catolicismo oficial, realizada pelos negros, tendo em perspectiva a sobrevivência de suas formas de expressão religiosa ou, pelo menos, de alguns de seus significados” (SILVA, 2010,

p.175). Por fim, Bastide também interpreta que, no Brasil Colonial, “criou-se um catolicismo negro que se conserva dentro das confrarias e que não obstante, à unidade dos dogmas e da fé, apresenta características particulares” (BASTIDE, 1989, p.171).

Portanto, o que se viu formar através da participação dos africanos e seus descendentes nas Irmandades católicas mineiras foi, “nem África pura, nem Catolicismo europeu. Do ponto de vista religioso e do ponto de vista cultural” (SANCHIS, 1997, p.105). Em alguns ritos realizados a partir da participação dos negros nessas confrarias se faz possível perceber elementos que evidenciam tal interface afro-católica, como é o caso das festividades em devoção aos santos padroeiros, os bailados e cantos dos Congados e as cerimônias de entronização dos Reis negros.

3. COROAÇÃO DE REIS NEGROS E CONGADO, ELO ENTRE O PASSADO E PRESENTE

Como já mencionado, as Irmandades religiosas, principalmente as de devoção a Nossa Senhora do Rosário, realizavam festividades em que a comunidade negra coroava os seus próprios reis. É importante pontuar que a atividade de entronização desses reis é apontada na literatura como Reinado, enquanto ao Congado é associado o corpo festivo, responsável não apenas pela execução do Reinado (podendo inclusive existir sem esse elemento), como também pela execução de embaixadas, simulação de combates, bailados, danças e cantos em homenagem aos santos padroeiros. Segundo Leda Martins:

Ainda que sejam tomados um pelo outro, os termos Congado e Reinado mantêm diferenças. Ternos ou guardas de Congo podem existir individualmente, ligados a santos de devoção em comunidades onde não exista o Reinado. Os Reinados, entretanto, são definidos por uma estrutura simbólica complexa e por ritos que incluem não apenas a presença das guardas, mas a instauração de um Império, cuja concepção inclui variados elementos, atos litúrgicos e cerimoniais e narrativas que, na *performance* mitopoética, reinterpretem as travessias dos negros da África às Américas (MARTINS L., 1997, p.31-32 – grifo da autora).

Mário de Andrade assim descreve a constituição dos Congados:

a primeira [parte] é o corpo real, com que o rancho dos bailarinos percorre as ruas acompanhando o rei, ou quando parado diante das igrejas ou das casas de pessoas importantes, dança com a assistência do rei, para o rei ver... É a parte mais livre, mais móvel em que estão as canções de marcha, as louvações religiosas-feiticistas, católicas ou não, as danças referentes a costumes e trabalhos tribais, e as coreografias puras. Os técnicos populares dos *Congos* distinguem muito bem as duas partes do bailado, pois que às músicas dessa primeira parte

chamam de “cantigas”, para separá-las da segunda parte, a que chamam a “embaixada”. E com efeito, o segundo elemento essencial dos Congos é a representação duma embaixada, de paz ou guerra, geralmente de guerra. Essa é a parte propriamente dramática, com peças fixas, de seriação predeterminada e lógica. Musicalmente, o que é mais de admirar, é que as “cantigas” diferem profundamente como caráter das peças musicais das “embaixadas” (ANDRADE, p.305-306).

A informação mais antiga que se tem sobre uma celebração festiva realizada pelos negros no Brasil Colonial data de 1666, sendo essa um relato descrito pelo viajante francês Urbain Souchu de Rennefort. Oito anos depois, em 1674, foi escrita uma descrição nos documentos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife, no qual constam os dados sobre a eleição de quatro reis angolas, quatro crioulos, cinco rainhas angola e cinco crioulas. Nesse sentido, eram coroados reis de nação, ou Reis do Congo, sendo esse último caso mais expressivo nas localidades que receberam maior número de africanos originários da África-Centro-Occidental, de etnia banto, oriundos do antigo reino do Congo. Todavia, a figura do Rei Congo ganhou destaque a tal ponto que, no Brasil Colonial, era comum que, mesmo aqueles africanos que não tinham essa origem, recebiam tal título quando coroados (MELLO E SOUZA, 2002).

As razões para o Rei Congo ter ganhado tal notoriedade sobre os demais reis de nação “devem ser buscadas na história das relações entre Portugal e a África Centro-Occidental, na natureza do tráfico de escravos que lá se implantou e nos mecanismos de constituição de comunidades negras na América portuguesa” (MELLO E SOUZA, 2002, p.258). A essas razões acrescenta-se que, apesar do Reino do Congo ter se desestruturado com as guerras civis ocorridas entre os séculos XVII e XVIII, manteve um papel simbólico relevante, de modo que várias regiões que antes estavam nos comandos do *mani* Congo mantiveram-se unidas, ainda que possuindo autonomia administrativa. Desse modo, “o reino, mais do que uma realidade política, se tornou um símbolo, importante na maneira como os bacongos viam a si próprios” (MELLO E SOUZA, 2002, p.259-260).

No antigo Reino do Congo, o rei era respeitado não só por sua superioridade administrativa, mas também pela divindade que a ele era atribuída. A figura da realeza era vista pelos subalternos como o encontro do natural e do sobrenatural, sendo uma representação do deus criador. Assim, o rei era responsável por assegurar a prosperidade de seu povo e deveria representar as aspirações de todos os membros de sua comunidade. Logo, “seria por meio da realeza, da qual o rei é o símbolo mais visível, que o povo construiria uma identidade

coletiva e se reconheceria enquanto comunidade solidária e coerente” (MELLO E SOUZA, 2002, p.17). Portanto, afirma Mello e Souza, a reunião de distintos grupos familiares em volta do rei assegurava a sensação de pertencimento a uma unidade, e a reconstrução dessa tradição após a diáspora africana agiu de modo a amenizar a desunião decorrente do tráfico atlântico.

Os rituais festivos realizados em torno dos reis negros eram complexos, podendo variar de estrutura e significado a depender da localidade e dos grupos que os executavam. Quando realizados fora das Irmandades, poderiam ocorrer em forma de desfiles decorrentes de festas comemorativas vinculadas à família real portuguesa, ou a importantes realizações políticas. Nesses casos, as cortes do Congo dançavam junto aos negros que realizavam performances de batalhas entre mouros e cristãos e jogos equestres, buscando dar visibilidade ao poder real e ao império português. Desse modo, a participação dos reinados nas celebrações oficiais ressaltava o poder do soberano português, mas, por outro lado, quando executados nas Irmandades religiosas de negros, o destaque era concedido aos aspectos africanos de seu catolicismo. Logo, a representação do Reino do Congo atendia tanto aos grupos dominados, quanto aos dominantes (MELLO E SOUZA, 2002).

Nos casos em que estavam atrelados às Irmandades, os ritos eram feitos em homenagem aos santos padroeiros, realizando cortejos pelas ruas com a presença do reinado, quando os demais membros do grupo acompanhavam com instrumentos musicais, adereços, versos e passos de dança relacionados aos povos africanos. De acordo com as informações disponíveis, sobretudo nos relatos de viajantes, é possível identificar que, também nas Irmandades, aconteciam as eleições dos reis negros, sendo essas acompanhadas pela escolha de pessoas que assumiam outros cargos que compunham a corte festiva, entre eles, príncipes, alferes, mordomos, juiz, capitão do rei, sargento, alferes da bandeira, meirinho, capitão do mastro, entre outros. Essas funções reproduziam cargos existentes nas cortes europeias, mas não apenas, já que os nomes dados a esses postos faziam parte da formação da corte congoleza desde o começo do século XVI. Essas categorias se explicam devido à conversão do antigo Reino do Congo ao catolicismo, quando grande parte da elite atribuiu títulos da nobreza europeia aos chefes de linhagem mais poderosos.

Do mesmo modo, a adesão de trajes luxuosos, o uso das coroas e cetros de metal e a inserção do padre como o responsável pela entrega das coroas, já era percebida nas festividades congolezas desde a aproximação com os portugueses. Mello Moraes Filho,

folclorista, relata um cortejo festivo realizado no final do século XIX, onde se pode perceber a ostentação dos elementos utilizados pela corte formada por negros:

Atrás da música caminhavam majestosamente o Neuvangue (rei), a Nembanda (rainha), os Manafundos (príncipes), o Endoque (feiticeiro), os Uantuafunos (escravos, vassalos e vassalos do rei), luzido e vigoroso grupo daquelas festas tradicionais e genuinamente africanas, celebradas no Rio de Janeiro no século passado. O Rei e a Rainha, com seus mantos de belbutina escarlata recamados de estrelas, com suas vestiduras cintilantes de lantejoulas e agaloadas, aquele com seu cetro dourado, e esta com seu diadema resplandecente, pisavam garbosos à frente de sua corte, levando dois vassalos as duas coroas, vestidos de capa e espada, ostentando na cabeça carapinhada e no pontudo topete fios de corais e missangas, que lhes desciam em volta como um casco de capacete.¹

Os reis coroados nas festividades da população negra eram reconhecidos por toda a sua comunidade em suas figuras majestosas, sendo respeitados durante todo o exercício do seu ofício, ou seja, para além dos dias festivos. Entre os seus papéis, estava a tarefa de servirem como intermediários entre a sociedade senhorial e os grupos os quais representavam. Todavia, além de atuarem no apaziguamento das tensões, em alguns casos atuavam também na direção contrária, sendo responsáveis por organização de levantes e rebeliões (MELLO E SOUZA, 2002). Além disso, dentro do sistema social das Irmandades, esse rei tinha influência sobre os demais irmãos, “cabendo-lhe dirigir e responder pelo bom comportamento de seus súditos” (GOMES; PEREIRA, 1988, p.89). Quando as atitudes desses reis ultrapassavam aos limites que lhes eram concedidos, eram presos pelas autoridades coloniais. É importante considerar ainda que, “embora esses reis só reinassem dentro de suas irmandades, essa era uma maneira dos negros rejeitarem a autoridade dominadora e imposta dos brancos, e de afirmarem seu desejo de liberdade, escolhendo, pelo voto, suas próprias autoridades” (REZENDE, 1981, p.98).

Apesar de gozar de um certo prestígio, ainda que simbólico, as eleições dos reis negros, bem como a adesão de negros e negras às Irmandades religiosas, eram permitidas pelas autoridades locais, pois, estando reunidos nessas associações, os africanos e seus descendentes estariam sob a vigília da Igreja e de seus senhores. Boschi considera que ainda que vinculados às irmandades católicas, os negros estavam “dominados ideologicamente”, o que fomentava uma sensação de que estariam sob condição de igualdade aos brancos nos termos religiosos e,

¹ Ver em: MELLO E SOUZA, Marina de. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação de rei Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p.217.

dessa forma, terminavam por “minimizar a expressividade cultural de seus grupos originais” (BOSCHI, 1986, p.156).

A fim de estabelecer a ordem nas Irmandades, as autoridades coloniais tinham mecanismos próprios de controle, entre eles a aprovação de seus compromissos, ou Estatutos, nos quais eram descritos os direitos e os deveres dos associados. De modo geral, esses compromissos deveriam ser submetidos à aprovação das autoridades religiosas, quando era o caso das irmandades de origem eclesiástica, ou das autoridades civis, quando eram de origem secular. Isso possibilitava a regularização de seu funcionamento, dava-lhes status jurídico e concedia as bases para a execução de suas atividades. Além disso, as Irmandades religiosas concentravam negros e negras de diferentes etnias, o que era visto, por parte das autoridades, como um ponto favorável no sentido de fomentar a rivalidade entre os grupos e o enfraquecimento da possibilidade de se unirem contra as forças dominantes. Todavia, no exercício das práticas religiosas, o agrupamento desses negros nas associações provocava também a união, consequência da igualdade social desses povos (MELLO E SOUZA, 2002).

Outro fator determinante para o estímulo dos povos negros a se associarem às Irmandades, era o pensamento dos grupos dominantes de que, ao concederem aos escravizados momentos lúdicos e de prazer, a sensação de satisfação contribuiria para que trabalhassem melhor e para que contivessem o sentimento de revolta (MELLO E SOUZA, 2002). Nesse sentido, Antonil, um jesuíta italiano que viveu no Brasil entre os anos de 1681 a 1716, escreveu um ofício em que mencionava a presença de reis negros nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Nesse registro oficial ele recomendava aos senhores que permitissem aos escravizados que realizassem os seus “folguedos” conforme o texto seguir:

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente, em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho, sem gastos dos escravos, acudindo o senhor com sua liberdade aos juizes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho.²

² Ver em: MELLO E SOUZA, Marina de. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei Congo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p.191.

Todavia, apesar da expansão das Irmandades e da concomitante realização dos Reinados ao longo do século XVIII, durante o século XIX houve um processo de intensificação das medidas restritivas aos agrupamentos de negros. Junto ao crescimento do número de rebeliões, “as autoridades coloniais e os senhores buscaram cada vez mais restringir, controlar ou eliminar as expressões culturais que unificassem os escravos, especialmente aquelas abertamente africanas” (MELLO E SOUZA, 2002, p.244). Diante desse cenário, embora as irmandades religiosas não fossem configuradas como instituições puramente africanas, foram atingidas pelas repressões.

Ademais, a regulamentação efetiva das Irmandades no século XIX e de suas expressões religiosas, foi estimulada pela passagem da Colônia para o Império, momento esse marcado por uma adequação na sociedade, em que as elites buscavam novos padrões que deixassem apagadas as marcas de um passado arcaico. Sendo assim, a realização das festas religiosas de cunho popular era submetida a um controle policial e a uma negociação entre os executantes e as autoridades (MELLO E SOUZA, 2002).

Ser ou dizer-se Rei dos Congos representa a singularidade da situação em que se encontrava o reinado do Rosário no início do século XIX, em Minas Gerais e instaura uma tensão. Para os que representavam o Estado, esse rei era um falsário e uma afronta ao Imperador e, por isso, poderia ser punido, para a sua comunidade, formada em sua maioria por escravos ou ex-escravos e para alguns homens livres que os apoiavam, um representante da memória ancestral do grupo, ligado à irmandade. Podiam ser tratados como passíveis dos rigores da lei aos olhos dos proprietários de escravos, que viam suas reuniões como ameaças, como afirmação da liberdade que lhes era negada ou como conspirações contra os poderes locais (GABARRA, 2009, s/p.).

Por conseguinte, somente através de adaptações e resistências diversos grupos conseguiram manter as festas de coroação dos reis negros ao longo do século XIX. Apenas em meados do século XX houve uma nova abertura à realização das festas relacionadas aos Reinados e Congados, quando então as atividades puderam ser retomadas com mais tranquilidade nas regiões mineiras (SANTOS, 2011). Leda Martins observa que:

Interditados pela Igreja Católica em meados do século XIX, os festejos de reinado, ainda assim, continuaram alastrando-se e vincando-se pelo Brasil, apesar das perseguições institucionais, da ostensiva ridicularização da sociedade branca ou da tolerância complacente, que os via ou vê como manifestações “folclóricas”, “lúdicas” e “inofensivas”. No entanto, os valores que traduzem, a visão de mundo que espelham, as formas rituais que performam, e a reposição cultural que estabelecem vêm d’além mar, como rizomas ágrafos, reinscrevendo perenamente, no palimpsesto textual brasileiro, a letra africana (MARTINS, 1997, p.41).

Logo, identificar a permanência de grupos congadeiros e a execução de seus reinados no século XXI implica compreender esse processo de resistência religiosa e cultural. Esse é o caso, por exemplo, do Congado atuante no município do Serro/MG que, desde 1728, junto à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, mantém a tradição secular de prestar homenagens à sua padroeira em grandes festividades (ALCÂNTARA, 2016). É também o caso de grupos que se fundaram no século XX, rememorando histórias vividas por seus antepassados, a exemplo do Congado de Bela Vista de Minas/MG, fundado oficialmente na década de 1980 (RABELLO, 2018), do Congado de Dom Silvério/ MG, criado em data próxima ao ano de 1940 (RABELLO, 2018), dos Ciriacos de Contagem/MG, fundado na década de 1950 (ANDRADE JÚNIOR; DELLAMORE, 2016), entre muitos outros que preservam e reinventam a cultura e a religiosidade congadeira.

Em relação à religiosidade do Congado, é possível constatar que muitos congadeiros vivenciam fervorosamente a fé católica, todavia, sem deixar de lado as suas crenças em um mundo mágico religioso que se aproxima de uma cosmovisão afro-brasileira e se distancia de um catolicismo tradicional. Alguns integrantes, inclusive, transitam entre os cultos na Igreja Católica e as sessões em terreiros de Umbanda ou Candomblé (RABELLO, 2018).

Rubens Silva afirma ser possível compreender o caráter sincrético do Congado Mineiro através da articulação e da ressignificação de elementos que tem a sua origem no catolicismo popular com aspectos das manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras, sobretudo da Umbanda. Para o autor, “é no emaranhado dessa “trama sincrética” e em um complexo jogo de ambiguidades – e ambivalências – que se observa a identidade negra ganhar destaque e se afirmar de maneira singular e diversificada, no mundo mágico-religioso do Congado mineiro” (SILVA, 2010, p.171).

Por sua vez, Edimilson Pereira aponta que a autodefinição da religião dos praticantes varia de acordo com o lugar de onde se fala, a depender se está dentro ou fora dos limites do catolicismo enquanto instituição. Segundo o autor,

Essa especificação é verificada pela pesquisa de campo, na medida em que os integrantes do Congado se autodefinem em relação à instituição: os devotos se dizem católicos, estando inseridos na área de influência da instituição eclesiástica. Fora desses limites, se autodefinem como “filhos do rosário”, “pretinhos do rosário” ou “vassalos” – qualificativos tomados em relação ao culto de Nossa Senhora do Rosário, que é, pelo menos a princípio, uma representação da instituição (PEREIRA, 2015, p.61).

Edimilson Pereira observa, assim, que os integrantes do Congado se auto definem como católicos quando há uma necessidade de se delimitar uma identidade social a ser aceita por grupos dominantes. Todavia,

as vivências religiosas herdadas de tradições africanas – como certas práticas mágicas, cultos aos ancestrais, forma externa dos rituais, processos específicos de iniciação – tornam o Congado um sistema religioso que se relaciona com o catolicismo seguindo uma lógica de aproximação e distanciamento. Essa ambiguidade minimiza as afirmações que veem o Congado apenas como uma “grande festa de sujeição cristã” ou uma “dança de explícita devoção cristã” (PEREIRA, 2015, p.61).

Portanto, diante do que já foi tratado nesse texto, é possível afirmar a preponderância de um Catolicismo Negro entre os ritos realizados pelos grupos de Congado em dias festivos e/ou até mesmo no cotidiano de seus devotos, de modo que se faz possível vivenciar a religiosidade católica em um fluxo que se interage de forma dinâmica com as crenças e/ou as práticas afro-brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Principiado pela conversão do Reino do Congo no século XV, o Catolicismo Africano ganhou contornos próprios em solo brasileiro, desdobrando-se em um catolicismo negro que associou as culturas europeias, indígenas e africanas, conectadas através de um jogo de poder estruturalmente desigual. As Irmandades Religiosas foram os principais veículos para a (re) criação das práticas religiosas dos negros, evidenciando a influência do cristianismo hegemônico, todavia deixando grafadas as marcas das tradições de matrizes africanas.

No cenário do Brasil Colonial as coroações dos Reis Congo buscavam reconstruir não apenas uma prática política e cultural de origem, como também prestigiar a força simbólica dos reis negros. Além disso, o rito dava continuidade aos aspectos religiosos que nele estavam embutidos, dada à interferência divina que era atribuída à figura do rei. Por sua vez, os cortejos festivos do Congado preservavam elementos da cultura tradicional africana, como os bailados próprios, os cânticos e os toques de instrumentos percussivos. Nos dias atuais, a realização dos rituais do Reinado e as festividades dos Congados permanecem ativos, não somente, mas com grande expressividade em Minas Gerais. Nesse estado, podemos identificar

grupos congadeiros que se constituíram em tempos longínquos e deram continuidade às suas práticas por gerações, ou outros que, por motivações diversas, foram fundados à época da modernidade.

É importante refletir que, atualmente, esses grupos enfrentam o desafio de se preservar em meio a um intenso ritmo de modernização e um conseqüente processo de urbanização, que tende a descaracterizar as tradições. Ou seja, o processo de resistência torna-se não apenas religioso, mas também cultural. Nesse sentido, é válido contrastar, por um lado, o cenário de uma sociedade marcada por uma acelerada busca de instrumentos tecnológicos e conhecimentos científicos e, por outro, os grupos congadeiros que repassam seus ensinamentos por gerações, através da oralidade e de outras formas características de transmissão dos saberes da cultura africana, como a corporeidade e a musicalidade, elementos esses usados de forma integrada na prática religiosa. No Congado, a execução desses ritos traduz-se como forma de conexão a uma ancestralidade africana, além de resistência frente às oposições que foram impostas pelas culturas dominantes em variados contextos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Carolina. *Dossiê de Registro do Bem Imaterial Congado do Serro*. Prefeitura Municipal do Serro. 2011.
- ANDRADE JÚNIOR, A.; DELLAMORE, C. *A Voz dos Tambores: Uma história dos Ciriacos*. Contagem: Irmandade do Rosário os Ciriacos, 2015.
- ANDRADE, Mário de. Os Congos. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 2002.
- BASTIDE, R. *As Américas Negras: Civilizações Africanas no novo mundo*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- BERKENBROCK, Volney J. *A experiência dos Orixás – um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BORGES, Célia M. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. Irmandade, religiosidade e sociabilidade. In.: RESENDE, Maria E. F. de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

_____. *Os leigos e o poder: (irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)*. São Paulo: Ática, 1986.

GABARRA, Larissa O. *O Reinado do Congo no Império do Brasil: O congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GOMES, Núbia; PEREIRA, Edimilson. *Negras raízes mineiras: Os Arturos*. Juiz de Fora: MinC/ EDUFJF, 1988.

MARTINS, Leda M. *Afrografias da Memória*. Belo Horizonte: Maza, 1997.

MELLO E SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. Rosário de muitas fés: Mediações do sincretismo nas vivências religiosas populares em Minas Gerais. In.: BERKENBROCK, V. J.; DAIBERT JR, R. (org.); FLORIANO, M. G.. *A mão que costura o vento: mediações do sagrado nas tradições religiosas afro-brasileiras*. 1.ed. Juiz de Fora: MAMM – UFJF, 2015.

_____. *Os tambores estão frios: Herança Cultural e Sincretismo Religioso no Ritual de Candombe*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. RABELLO, Kelly. *Dossiê de Registro do Bem Imaterial Congado de Dom Silvério*. Prefeitura Municipal de Dom Silvério. 2018.

_____. *Pelo Sinal da Cruz, ao Som do Tambor: Interfaces da Experiência Religiosa no Congado Belavistano*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

REZENDE, M. V. *Não se pode servir a dois senhores: história da Igreja no Brasil - período colonial*. 2. ed. Lins: Todos Irmãos, 1981.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

SANCHIS, Pierre. As religiões dos brasileiros. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v° 1, n°2, p.28-43, jul./dez. 1997.

SANTOS, Carlos Roberto. *Congado e Reinada*: história religiosa da irmandade negra em Jequitibá, MG. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte.

SILVA, Rubens Alves.. *Negros católicos ou catolicismo negro?* Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.